



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

ETURB - Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano

JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EXIGIDA

A exigência de qualificação econômico-financeira no presente certame tem por finalidade assegurar que a futura contratada detenha capacidade econômico-financeira compatível com a execução integral do objeto, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, resguardando a Administração Pública contra riscos de inadimplemento contratual.

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e consultoria voltados à Regularização Fundiária Urbana - REURB, envolvendo atividades multidisciplinares de natureza jurídica, urbanística, ambiental, social e administrativa, cuja execução demanda elevado grau de organização empresarial, estrutura técnica consolidada e capacidade de suportar custos operacionais ao longo de toda a vigência contratual.

Trata-se de contratação de execução continuada, com prazo de execução de 14 (quatorze) meses e vigência de 18 (dezoito) meses, cujo modelo operacional exige a mobilização simultânea de equipe técnica qualificada, manutenção de estrutura física (como escritório de campo), realização de atividades em campo, elaboração de estudos técnicos e produção de diversos produtos especializados, o que implica necessidade de fluxo financeiro estável e capacidade de absorção de custos ao longo do contrato.

Nesse contexto, a exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que os licitantes possuam saúde financeira suficiente para:

- suportar os custos iniciais e intermediários da execução contratual;
- manter equipe técnica multidisciplinar durante todo o período de execução;
- assegurar a continuidade dos serviços, evitando paralisações;
- cumprir tempestivamente as obrigações trabalhistas, fiscais e contratuais;
- absorver eventuais oscilações operacionais inerentes à execução do objeto.

Ademais, a exigência de tais requisitos encontra respaldo no princípio da eficiência e na necessidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não apenas sob o aspecto econômico, mas também quanto à segurança na execução contratual.

Ressalta-se que os requisitos exigidos serão fixados de forma proporcional e razoável, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, em observância ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, limitando-se ao estritamente necessário para aferir a capacidade econômico-financeira dos licitantes.

Dessa forma, a exigência de qualificação econômico-financeira revela-se medida necessária, adequada e proporcional ao objeto da contratação, constituindo instrumento essencial para a mitigação de riscos contratuais e para a garantia da adequada execução dos serviços.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Layene Rafaela Andrade Abreu de Carvalho

Assistente Social
Corefun-Eturb

Verlane Marques da Silva

Assistente Social
Corefun-Eturb

Felipe André Pereira Cruz

Engenheiro Agrimensor
Corefun-Eturb

VISTO/APROVAÇÃO

Derivan Abreu Gonçalves

Coordenador Especial da Coordenação de Regularização Fundiária

Eng. Vicente da Silva Moreira Filho
Diretor-Presidente da ETURB.



Documento assinado eletronicamente por **Layene Rafaela Andrade Abreu de Carvalho, Assistente Social**, em 09/04/2026, às 09:42, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Verlane Marques da Silva, Assistente Social**, em 09/04/2026, às 09:42, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe André Pereira Cruz, Engenheiro Agrimensor**, em 09/04/2026, às 09:53, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Derivan Abreu Gonçalves, Diretor de Coordenação Especial de Regularização Fundiária**, em 09/04/2026, às 10:05, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15001420** e o código CRC **13F5CF5A**.

Referência: Processo nº 00046.000272/2025-93

SEI nº 15001420

Rua Clodoaldo Freitas, 664 - Bairro Centro - - CEP 64003-850 - Teresina - PI